

ALFORRIAS EM FEIRA DE SANTANA ENTRE 1830-1850

Anderson da Conceição Araujo¹ e Prof.^a Dr.^a Sharyse Piroupo do Amaral²

1. Bolsista PROBIC, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: andersonaraujofs@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: sharyseamaral@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: alforrias, escravidão e Feira de Santana.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca focar as práticas das alforrias no município de Feira de Santana ao longo do século XIX. Apesar de existirem escritos sobre padrões de alforrias em Salvador, essas pesquisas no interior da Bahia ainda são incipientes, pois até pouco tempo atrás existia uma carência grande quanto às fontes referentes ao período oitocentista. Não obstante, algumas pesquisas já foram feitas ou estão em processo de conclusão, utilizando as cartas de alforrias como fonte, a exemplo: Freire (2011); Nascimento (2009). Contudo, não foi realizada uma pesquisa que trate das diferentes formas de concessão dessas manumissões, bem como das condições em que esses sujeitos eram libertos.

Investigar se as alforrias em Feira de Santana eram concedidas com o atributo do pecúlio ou gratuitamente, traçando assim um padrão nas manumissões, e tentando entender como esses escravizados juntaram bens para comprar sua liberdade. Para tanto estudei a economia da cidade para compreender as nuances das manumissões, sabendo que a cidade em questão é marcadamente comercial.

Uma das hipóteses a ser respondida em minha pesquisa é se seria possível que os escravizados se utilizassem das suas ocupações para acumular o pecúlio, já que alguns deles aprendiam ofícios nas fazendas.

O presente trabalho se insere numa série de pesquisas que, ao longo das últimas décadas, tem modificado radicalmente a compreensão acerca do fenômeno da escravidão em terras brasileiras. Estudos que se dedicam a uma ampla gama de aspectos, como as estratégias de atuação dos cativos quanto às alforrias, as formas de resistência, a família escrava. Em linhas gerais poderia dizer que este trabalho busca analisar também os cativos como sujeitos históricos que são e perceber a capacidade destes de mudar sua vivência.

Com relação especificamente à alforria o número de trabalhos é relativamente pequeno, e aponta na mesma direção daqueles que se dedicam especificamente ao estudo da escravidão: a manumissão como resultado de um longo processo de negociação entre o senhor e seu escravo. Essa, que nem sempre era finalizada com a concessão imediata da liberdade, não só porque muitas alforrias eram condicionais, mas também porque o liberto era obrigado a demonstrar respeito e gratidão pelo seu antigo senhor, sob ameaça de ser reescravizado.

Para, além disso, o estudo a ser realizado procurará também responder algumas indagações como: se era o senhor ou a senhora que concedia maior número de alforrias? Se havia maior número de alforrias com pagamento do pecúlio ou se eram gratuitas? Se existia um valor fixo para esse pecúlio? As faixas de idade dos alforriados; se eram alforriadas famílias inteiras; o sexo desses indivíduos e se era exposto a profissão do mesmo. Visto que esse tipo de análise não foi feita em Feira de Santana.

Doravante, as fontes lidas até o momento mostram que existe a possibilidade de responder às questões propostas para essa pesquisa, para tanto utilizarei como interlocutores, pesquisas sobre a Bahia e Feira de Santana tais como Mattoso (1972); Freire (2011); Nascimento (2009); Schwartz (2001); Almeida (2006).

MATERIAL, MÉTODO OU METODOLOGIA

A abordagem proposta pauta-se nos métodos de análise da História Serial e Quantitativa já amplamente utilizados nos estudos das alforrias no Brasil. A utilização da metodologia quantitativa permitirá a demonstração sistemática e explícita das hipóteses e a representação gráfica dos resultados. Os dados obtidos, a partir das questões propostas, serão apresentados em séries homogêneas, segundo sua recorrência. Há que se considerar, ainda, que as fontes a serem utilizadas — fontes notariais — são ricas em quantidade, qualidade e continuidade. Reconhecendo os limites do método quantitativo, quando aplicados à análise social, pretendo também realizar o estudo de alguns casos individuais significativos para a compreensão do tema proposto.

As cartas de alforria foram lidas na tentativa de se apreender quais as informações se repetiam, passíveis de serem quantificadas ou de serem comparadas, evidenciando-se a frequência de uma situação, ou ao inverso, a sua singularidade. Desta forma foi possível construir uma Ficha para as informações retiradas das Cartas de Alforria, com os seguintes dados: 1-Localização Arquivística: CEDOC- Livro de Notas – n.; 2-Proprietário; 3- Data da Carta; 4-Data do registro; 5-Nome do escravo; 6-Cor/etnia/origem; 7-Idade; 8-Gênero; 9-Localidade; 10-Motivação; 11-Se comprada ou gratuita; 12-Valor da alforria; 13-Forma de pagamento; 14-Paga por quem; 15-Condiciona ou incondiciona; 16-Quais as condições; 17-Outras observações relevantes.

Um dos problemas apresentados é que estes dados não se repetem em todas as cartas, porém a análise dessas constantes será feita considerando o número das cartas que contém os dados sempre como valor total, e não o número absoluto de cartas pesquisadas (metodologia que só seria aplicável se as cartas seguissem um formulário padrão, o que não ocorre).

O detalhado levantamento da documentação histórica no Tabelionato do 1.º Ofício do Fórum Desembargador Filinto Bastos, feito pelo CEDOC/UEFS (Centro de Documentação e Pesquisa/ Universidade Estadual de Feira de Santana) permitiu perceber o inestimável valor histórico deste conjunto, especialmente no tocante à história da escravidão. Vale ressaltar que a documentação relativa à história da escravidão em Feira de Santana pode revelar traços de variados aspectos da história do semi-árido baiano, aspectos antes raramente percebidos da história dessa região da Bahia, tais como a escravidão na pecuária, na cultura fumageira ou em culturas de abastecimento e de subsistência.

A fonte principal da pesquisa são os documentos notariais, mais especificamente as Cartas de Alforrias. Foram levantados 551 registros de manumissões, contemplando 603 indivíduos. As datas balizas são 1830-1888, data do registro mais antigo localizado até a data da abolição da escravidão. Contudo, foram utilizadas 112 cartas que estão compreendidas no recorte temporal de 1830 – 1850.

As cartas de liberdade revelam 'arranjos', negociações, meios diversos de que os escravos lançaram mão para se livrarem do cativeiro, de modo que a Abolição, ao chegar, encontrou mulheres e homens muito inseridos na vida local, com laços estreitos de vizinhança e, também, senhores ainda muito apegados à manutenção de suas prerrogativas senhoriais, outros mais atentos à instabilidade de uma relação social que rumava para o fim.

RESULTADO E/OU DISCUSSÃO

Durante os doze meses do estágio houve certo avanço na pesquisa, pois a experiência com o estudo paleográfico foi crescendo. No início as dificuldades foram muitas até pela falta de costume em lidar com a leitura de documentos históricos manuscritos. Não obstante com o decorrer das leituras e a metodologia utilizada facilitou um pouco mais a compreensão, mas as dificuldades ainda permaneceram.

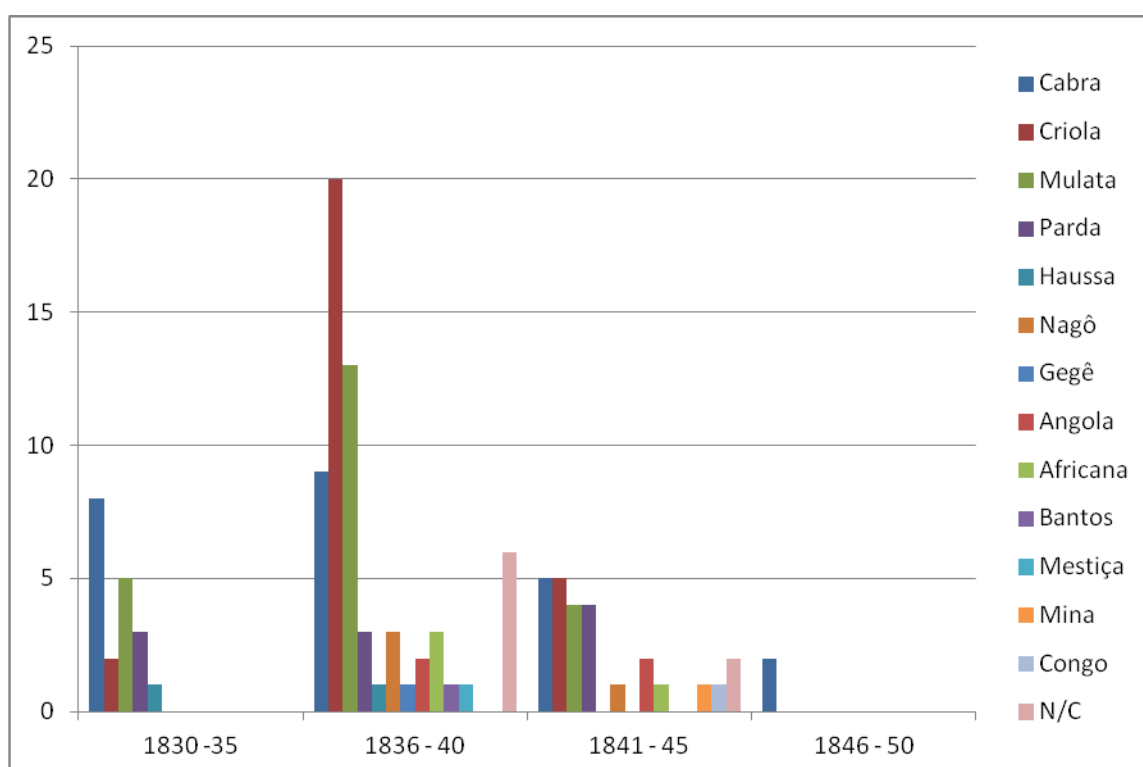
A fonte basilar da pesquisa são os documentos notariais, especificamente as Cartas de Alforrias anotadas nos Livros de Registros de Notas dos Cartórios do Tabelionato de Feira de

Santana. Foram levantados 112 registros de manumissões, contemplando também 112 indivíduos. As datas balizas são 1830 -1850.

A procedência dos escravos africanos, quando mencionada em qualquer documento escrito, referia-se, geralmente, ao porto africano ou a região do porto em que o escravo era embarcado, não refletindo, portanto, a verdadeira “nação” de origem dos africanos. É o que acontece, por exemplo, com os escravos cujos nomes vêm acompanhados de uma segunda designação como “Angola”, “Mina”, “Congo”, “Haussá”, “Nagô”, “Gegê” ou “Banto”.

As alforrias encontradas em Feira de Santana não dão conta de identificar, contudo, a maioria destas designações, a começar pela quantidade de escravos com procedência africana. Os vinte escravos africanos encontrados nas cartas de alforria registradas entre 1830 e 1850 estão distribuídos da seguinte maneira, de acordo com a designação de origem africana: 4 Nagô, 4 Angola, 4 Africanos, 2 Haussa, 2 Preta, 1 Banto, 1 Mina e 1 Congo.

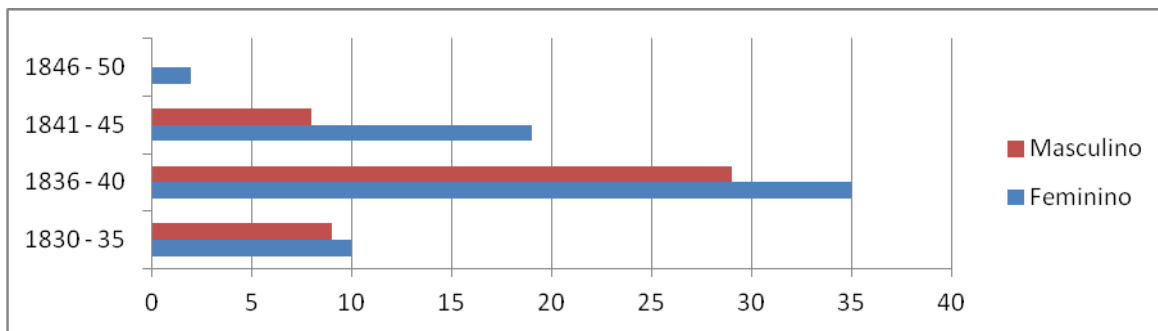
Cor/Origem dos libertos nas cartas de alforrias – Feira de Santana, 1830-1850



De uma amostra de 112 alforrias, em apenas oito delas não aparecia referênciia a cor ou origem do libertando. É possível perceber que a proporção de libertos com origem no Brasil é maior que a dos vindos do continente africano. As informações relativas às origens específicas dos libertos são imprecisas e impossibilitam análises mais precisas dado que existia uma confusão com relação à geografia e etnografia africana.

Mesmo que a variável procedência possa sugerir pouca relevância na conformação do padrão de alforria em Feira de Santana, é importante lembrar ao nosso leitor que a procedência foi determinante no padrão de alforria de localidades onde o elemento africano teve maior contingente no conjunto da população. Em nosso caso, devido à sua pequena representatividade, é difícil inferirmos qualquer comentário mais consistente.

Gênero das libertas(os) nas cartas de alforrias – Feira de Santana, 1830-1850

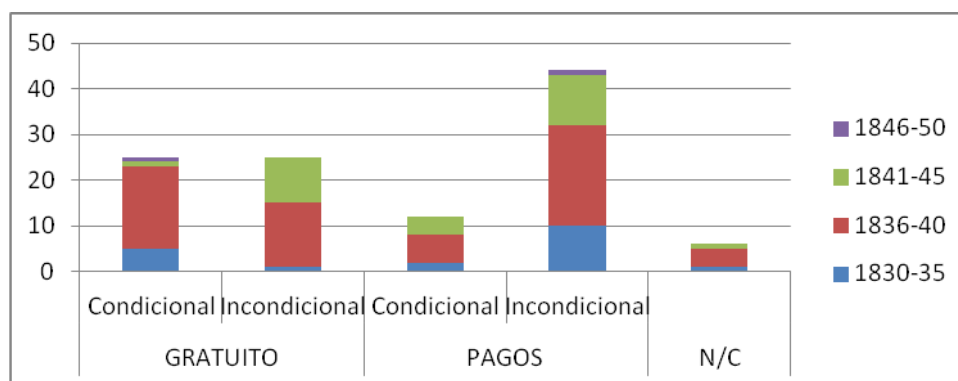


Ao observarmos o gráfico acima, podemos notar que o padrão de sexo do escravo alforriado no termo da vila de Feira de Santana se parece ao dos trabalhos citados no início deste item exceto no último quinquênio. Entre 1830 e 1850 o número de escravas manumitidas superou o de escravos. Estes números vêm, então, demonstrar que o perfil dos manumitidos mantiveram-se estáveis no interior baiano em detrimento aos números já apresentados do Recôncavo.

É prematuro, porém fazer uma comparação entre os dados encontrados em historiografias já consagradas, que fica na percentagem de duas mulheres para um homem, pois é preciso se debruçar mais sobre os documentos e outros estudos que falam sobre o Recôncavo. De toda maneira, o maior número de mulheres alforriadas pode ter relação com o valor inferior ao valor do escravo homem.

A maneira como se dava a liberdade na Vila de Feira, geralmente acordada entre ele e seu senhor. Referida como “condições” da alforria, esta variável responde a questões quanto a um possível pagamento ou pela gratuidade da manumissão. No primeiro caso, quais as formas de pagamento — por substituição (outro escravo), em espécie (animais ou mercadorias) ou em “moeda corrente”. Por outro lado, a modalidade nos informa também que condições eram acertadas com o escravo no momento da alforria.

Tipologias das alforrias 1830-1850



Esta grande incidência de alforrias condicionais ou onerosas é, contudo, compreendida de diversas formas pelos historiadores da escravidão. Apesar de não constituírem a maioria das cartas outorgadas em vários destes estudos, o elevado grau destas modalidades foi utilizado para desmistificar o caráter humanitário das alforrias.

Na Bahia, entre 1770 e 1850, mais da metade das alforrias concedidas (57,5%) foram gratuitas. Kátia Mattoso, porém, sugere que estes números não devem mascarar a realidade. Para ela, o fato de a maior parcela destas alforrias conter condições a liberdade remete a uma certa onerosidade que recaía sobre o escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a prática da alforria em Feira de Santana, no período compreendido entre 1830 e 1850. Para tanto, utilizamos as cartas de alforria registradas no Primeiro Tabelionato de Notas da cidade durante os anos de 1830 e 1850. Porém, antes de partirmos para a análise das alforrias, traçamos o perfil socioeconômico da região estudada.

Nas páginas deste trabalho procuramos mostrar ao leitor fragmentos de histórias de homens e mulheres que viveram na vila de Feira de Santana e conheceram as duas faces do cativo: a do escravo e a do liberto. Pessoas que, mesmo carregando o estigma de ser encarado como mercadoria.

Constatamos, para Feira de Santana, a supremacia das alforrias onerosas e gratuitas condicionais sobre as gratuitas condicionais, confrontando assim o lado benevolente da alforria de escravos. Percebemos a predileção em alforriar cativos do sexo feminino, o que pode ser explicado pela maior possibilidade que as mulheres escravas possuíam em estabelecer laços afetivos com seus proprietários, o que as tornavam mais próximas dos seus senhores.

Utilizando a metodologia proposta por Kátia Mattoso, de quantificar as variáveis contidas nas cartas de alforria, encontramos o perfil padrão do escravo que era alforriado em Feira de Santana, no período estudado: homens ou mulheres adultos, em idade produtiva, nascidos no Brasil e que arcavam com alguma forma de pagamento (em dinheiro ou através de prestação de serviços) no momento de conseguir a alforria.

Por fim fica exposto que as cartas de alforria são documentos que vale a pena investigar e não só esse, mas vários outros trabalhos podem surgir através deste tipo de documento, como dos outros que estão alocados no CEDOC – UEFS e não foram empregados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, Bahia, Século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, Salvador.
- AMARAL, Sharyse. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe (1860-1888)**. Salvador. Tese de Doutorado. UFBA, 2007.
- CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. **Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX**. In: _____ Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986, pp. 137-138.
- FREIRE, Luís Cleber Moraes. **Povoamento, produção agropecuária e trabalho escravo na comarca de Feira de Santana, 1850-188**. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. (Org.) *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador. Arcádia. 2011.
- GRINBERG, Keila. **Liberata. A lei da ambiguidade: As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994. 122 p.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Da revolução dos alfaiates a riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador, BA: Corrupio, 2004. 329 p.
- NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro; REGINALDO, Lucilene. **E as mulheres da terra de Lucas?: cotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888)**. Feira de Santana, BA, 2009. 105 p. TCC (Graduação Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2009
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920)**. São Paulo, SP: Annablume, 2010. 305 p.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP. EDUSC, 2001